

# O PROTESTANTISMO BRASILEIRO

## Estudo de eclesiologia e de história social

(Continuação)

---

### CAPÍTULO VII

#### O CONTRA-GOLPE DAS IGREJAS-MÃES: OS PROBLEMAS MISSIONARIOS DAS IGREJAS BRASILEIRAS EM PORTUGAL.

A questão nacional, que as Igrejas brasileiras haviam proposto às Missões estrangeiras, iria apresentar-se agora também a elas, uma vez tornadas missionárias. Já na resposta do *Comitê* Batista de Richmond às reivindicações do Movimento do Norte, vimos uma alusão a êsse problema. A história dêste contra-golpe nos dará a conclusão de nosso estudo sôbre as relações, no Brasil, entre as Igrejas missionárias e as Igrejas das Missões.

A pouca idade e a imensidade de sua missão no próprio solo brasileiro, explicam suficientemente por que o protestantismo brasileiro não se preocupou caracteristicamente com a obra missionária no estrangeiro. A história das Igrejas protestantes e, em geral, das Igrejas cristãs, nos mostra que, só muito tarde elas se entregaram a êste apostolado. Não há pois o que extranhar no fato de o protestantismo brasileiro se ocupar sobretudo da evangelização interior. Mesmo assim as suas Igrejas tiveram algumas veleidades prôpriamente missionárias — e seria injusto esquecê-las. Sem falar de seus trabalhos no seio dos indígenas que, para elas, representam os pagãos, e de que trataremos mais tarde, lembremos primeiramente o propósito de enviar à África um evangelista brasileiro, de que se tratou em 1896. A Primeira Convenção Batista Brasileira, reunida em 1907, criou logo um *Comitê* de Missões Estrangeiras que, no ano seguinte, enviou ao Chile o missionário Bagby dedicando, a partir de então, recursos financeiros para auxílio aos batistas chilenos e para a manutenção de um estudante daquele país em seu seminário do Rio, até que, em 1918, a Mis-

são de Richmond tomou a si os encargos daquele trabalho (1). A Convenção Batista, atendendo a seus propósitos missionários, iniciou então uma obra de evangelização na Bolívia, a qual ainda mantém.

**O protestantismo em Portugal e o aparecimento dos brasileiros (2).**

Seria, naturalmente, à sua antiga mãe-pátria, que os protestantes brasileiros haveriam de dirigir-se quando, também eles, sentiram a vocação das Missões estrangeiras ao mesmo tempo em que, ali perceberam o grande interesse pelo trabalho evangélico. As relações de Portugal para com a Inglaterra e a obrigação imposta pelo tratado de 1810, à coroa portuguesa de respeitar a liberdade religiosa dos ingleses haviam favorecido as tentativas britânicas de evangelização como a do Dr. Kalley, por exemplo, na Madeira. A Constituição portuguesa de 1821, não reconhecendo à gente do país o direito de praticar outra religião que não a católica, limitava as tentativas de evangelização — e o próprio exemplo do Dr. Kalley nos mostra como o clero se aproveitava dessa situação — apesar do que, entretanto, alguma coisa ficara. Assim foi que um propagandista originário de Gaia, Diogo Cassels, se viu, em 1868, condenado a seis anos de desterro; condenação aliás anulada por vício de forma. A Sociedade Bíblica Britânica trabalhava em Portugal desde 1864, na cidade do Pôrto havia, desde 1868, uma comunidade metodista. Um agente da Missão Presbiteriana Escocesa, Robert Stewart, iniciou em 1866, entre os escoceses de Lisboa, um trabalho de evangelização que em 1870 se estendeu à gente do país. A Igreja Episcopal, igualmente, desde logo teve a sua obra missionária em Portugal, e Diogo Cassels, foi um de seus pastores; e sob a sua égide, em 1880, fundou-se em Lisboa, uma Igreja Lusitana (no antigo convento dos Carmelitas) à qual veio logo mais incorporar-se uma comunidade evangélica espanhola, fundada pelo antigo padre espanhol D. Angel Herreros de Mora. A este tempo, Antônio de Menezes, da Madeira, convertido pelo Dr. Kalley, veio tomar a si a direção da comunidade presbiteriana de Lisboa, onde se manteve até 1886 quando veio para o Brasil auxiliar os trabalhos da Missão Presbiteriana.

Pouco depois é que as Igrejas brasileiras começaram a sentir as suas responsabilidades para com Portugal. A primeira iniciativa foi a da Igreja Congregacionista do Rio, a Igreja Fluminense, que — o que é comovente, sendo a mais fraca das Igrejas brasileiras, é entretanto a mais antiga na obra missionária em Portugal na qual mantém ainda a primazia, consagrando a ela, proporcionalmente, maior número de homens e maiores recursos financeiros.

---

(1). — *História dos Batistas do Brasil*, t. I., pág. 162; t. II., pág. 40 e 116.  
(2). — Artigo do Rev. Eduardo Moreira, "Os protestantes em Portugal" publicado no número de 21 de abril de 1910, do *Suplemento do Século*, de Lisboa, citado no *Esbôço Histórico*, pág. 333 e seguintes.

ros que outras denominações muito mais importantes (3). Em 1890 criou ela a "Sociedade de Evangelização do Brasil e de Portugal" (tornada, em 1919, a "Missão Evangelizadora do Brasil e de Portugal"), com o propósito de converter tôdas as terras de origem e de língua portugueza, de ambos os lados do Atlântico. Logo que fundada, esta Sociedade entrou em entendimentos — através de um grande evangelista, pertencente aos "Batistas Livres", Henry Maxwell Wright — com os portuguezes que, tal como José Augusto dos Santos e Manuel dos Santos Carvalho, difundiram em seu país as Escrituras e a mensagem bíblica, apesar das dificuldades e reações de tôda espécie. Uma comunidade congregacionalista se organizou em Figueira da Foz, sob a direção de Santos Carvalho e de José Rodrigues Nóbrega, passando depois aos cuidados da Sociedade do Rio. Por outro lado, um negociante português, Júlio Francisco da Silva Oliveira, que ainda jovem viera procurar fortuna no Brasil e aqui a encontrara na grande Companhia de Calçados Clark, de volta à sua pátria em 1895 decidiu ali difundir a fé protestante que adotara. Os cultos realizados em sua casa, em Lisboa, o levaram a abrir, em junho de 1898, no bairro de Estefânia, uma obra de evangelização que logo se estendeu. Uma vez assim organizada, em caráter estável, passou-a aos metodistas ingleses da cidade do Pôrto, que a constituíram em Igreja, em 1900, dando-lhe um pastor. Entretanto, as dificuldades econômicas da Missão a obrigaram a retornar ao seu fundador precisamente quando se encontrava, de passagem por Portugal, o pastor da Igreja Fluminense do Rio, o Rev. João dos Santos. Dos entendimentos que então tiveram, a Igreja de Estefânia foi transformada em Igreja Evangélica Lisbonense, aceitando as doutrinas e fazendo-se reger segundo os princípios congregacionistas da Igreja Fluminense, a 12 de janeiro de 1908. Um Diretório deveria garantir a extensão da obra congregacionalista em Portugal e assegurar a sua ligação com a Sociedade do Rio que contribuiria para as suas despesas. A Igreja teve então como pastor a José Augusto dos Santos e Silva que por vários anos se manteve em ligação com os congregacionistas brasileiros.

A passagem desta comunidade do estado de uma obra pessoal de evangelização ao de Igreja Metodista e posteriormente ao de Igreja Congregacionalista evidenciava bem a pouca importância que seu criador e seus membros emprestavam às diferenças eclesiásticas. Na realidade, estes grupos portuguezes, frutos de uma propaganda em que os elementos locais haviam tido a maior impor-

---

(3). — Este fato, aliás, se explica pelo caráter tão especialmente português desta comunidade desde a sua origem. O Esboço histórico nos conta, e isto ainda em 1932, à página 490 que: "Dos diáconos da Igreja Evangélica Fluminense, dois terços são de nacionalidade portugueza; os restantes são brasileiros, excepto um, de nacionalidade italiana. Os primeiros diáconos, eram todos portuguezes".

tância, eram bastante indiferentes ao denominacionalismo de importação estrangeira. Um exemplo ainda mais impressionante, e da mesma época, é o da Igreja Presbiteriana de Lisboa que, vendo-se sem pastor, com a partida do Rev. Menezes para o Brasil, solicitou para a direção de seus serviços eclesiásticos os trabalhos de ministros das Igrejas vizinhas. Assim foi que esteve ela a cargo de dois antigos padres passados para a Igreja Episcopal, o Rev. Charles e o Rev. Santos Figueiredo e os quais a "episcopalizaram", segundo nos conta o Rev. Álvaro Reis que em 1910 foi enviado para assumir o seu pastorado (4), não batizando os adultos que faziam profissão de fé (5) e dispensando-se de constituir e de fazer funcionar o Conselho da Igreja (6). Mais tarde passou ela aos cuidados deste José Augusto dos Santos e Silva que trazia consigo a herança da Igreja Metodista, passada ao congregacionalismo, de Estefânia. E o novo pastor, afirma Álvaro Reis, a "congregacionalizou", especialmente pelo fato de não proceder à ordenação de seus oficiais (7), não os reunindo como conselho deliberativo e diretor, e de não batizar as crianças (8). Além do que, ao que parece, não convocava a Assembleia da Igreja senão uma vez por ano para a apresentação de contas e de seu relatório pastoral, o que não era nada congregacionalista. Aliás, mantinha a seu lado, como único presbítero em atividade, o fundador e sustentador de sua outra Igreja, a de Estefânia, o mesmo Silva Oliveira a que já nos referimos, e que terminara por estabelecer uma simbiose entre estas duas comunidades. Álvaro Reis conclui dizendo que a Igreja Presbiteriana Portuguêsa se encontrava verdadeiramente amorfa, não sendo nem presbiteriana, nem episcopal, nem metodista, nem congregacionalista. Ao que parece, esta situação não importava em nenhum escândalo para os portugueses; mas os brasileiros, que com tanto ardor haviam aceito o denominacionalismo de suas Igrejas-Mães, iriam impor-lhe a sua ordem, transportando para Portugal os mesmos problemas que haviam herdado de suas Igrejas-Mães, e que lá se agravariam das mesmas reações nacionalistas que existiram no protestantismo brasileiro, mas, agora, num sentido contrário.

---

(4). — Atas da Assembléia Geral Presbiteriana de 1912, Campinas, 1914, págs. 40 a 50.

(5). — Pois que aceitavam o batismo recebido na Igreja Católica.

(6). — Já dissemos que no sistema eclesiástico presbiteriano a direção da Igreja está a cargo de um Conselho composto pelo pastor, pelos presbíteros e pelos diaconos, além de outros oficiais encarregados das diversas atividades da comunidade.

(7). — Também as Igrejas congregacionalistas têm "oficiais" que, entretanto, não são ordenados como acontece nas Igrejas presbiterianas. A eles cabe um papel meramente administrativo, pois a comunidade é dirigida por todos os seus fiéis, "em plena comunhão".

(8). — A maior parte das Igrejas congregacionalistas tornaram-se "Igrejas de professantes", com tendências batistas, e essa é a razão porque se recusam ao batismo das crianças.

Desta reação, uma única missão brasileira parece ter escapado: a congregacionalista. Pelo seu caráter mais dócil e flexível foi a missão congregacionalista que teve um desenvolvimento mais fácil e, proporcionalmente aos seus recursos, o mais considerável. É verdade que ela foi poderosamente auxiliada por êste grande negociante estabelecido no Rio, José Luiz Fernandes Braga, a quem já nos referimos como uma das notabilidades protestantes do Brasil. Em freqüentes visitas a seu país natal consagradas, em grande parte, a *tournées* de evangelização, nelas não economizava esforços nem dinheiro. Dessa forma muitas Igrejas foram criadas, mantendo-se fiéis à Missão congregacionalista e sômente a de Braga, criada em 1913 e logo mais golpeada pela partida de seu pastor, passou aos cuidados dos metodistas ingleses. O velho pastor Manuel dos Santos Carvalho se manteve, ao que parece, distante da Missão brasileira, e o nome de Igreja Evangélica Portuguesa dado à sua comunidade era, sem dúvida, uma afirmação de independência nacional. Entretanto, após à sua morte, sobrevinda em 1916, o seu sucessor tomou parte, como vice-presidente, nos trabalhos da Primeira Convenção Congregacionalista Portuguesa, celebrada em 1926, no templo da Igreja Evangélica Lisbonense, então inaugurado. Seis anos mais tarde, em 1931, havia em Portugal cinco Igrejas congregacionalistas filiadas à Missão Evangelizadora do Brasil e de Portugal. Eram elas as de: Lisboa, Chela, Ajuda, Rocio e Figueira da Foz, com 4 pastores, 6 evangelistas, 16 pregadores leigos, 464 membros professos e 530 alunos das Escolas Dominicais.

**A Missão batista brasileira, em Portugal (9).**

As Missões batista e presbiteriana, que só tardiamente seguiram o exemplo da Igreja Fluminense, não tiveram o desenvolvimento fácil da Missão congregacionalista.

A primeira Convenção Batista Brasileira ao criar, em 1907, como dissemos, a Junta de Missões Estrangeiras, previu logo o trabalho em Portugal. A segunda Convenção, celebrada ao ano seguinte, enviou para lá o missionário Z. C. Taylor que organizou, a 27 de setembro de 1908, a Primeira Igreja Batista do Pôrto, com dez membros recrutados, em parte, dentre os convertidos de um evangelista inglês, Young, que retornara à sua pátria. Em 1910, a Convenção enviou, em visita a esta Igreja, um jovem brasileiro, João Jorge de Oliveira, e o relatório que êle apresentou à Convenção de 1911 foi tão comovente que ela decidiu ali mantê-lo a título permanente, consagrando-o missionário. Imediatamente regressou êle ao Pôrto. No ano seguinte, a comunidade "batista livre" daquela cidade, e seu pastor, o Rev. Jones, incorporaram-se à Igreja da Missão brasileira. A obra batista brasileira estendeu-se rapidamente

---

(9). — História dos Batistas do Brasil, t. II., págs. 118-121 e 265-268.

te a outras localidades, e especialmente a Viseu, Tondela, Morelana e Leiria. Em 1920 ela mantinha em sua direção dois missionários dados pelo Brasil. Eram eles João Jorge de Oliveira e um jovem pastor, vindo do Seminário batista do Rio, Antônio Maurício, e para lá enviado primeiramente em substituição a João Jorge de Oliveira, pelo tempo em que esteve licenciado e tornado, posteriormente, pastor auxiliar. Estudaram então um projeto para um Seminário português e, em novembro de 1920, celebraram a primeira Convenção Batista portuguesa. Dois anos depois a Missão Brasileira alcançava um novo sucesso pela adesão, em agosto de 1922, de um pastor de uma "Igreja Evangélica Nacional" de Lisboa, Paulo I. Torres, que, com 18 de seus fiéis, constituíram a base da Primeira Igreja Batista de Lisboa. Mas, a jovem Igreja batista brasileira já começava a dar preocupações à sua Igreja-Mãe do Brasil, e ao mesmo tempo em que esta Igreja-Mãe, como vimos, preocupava a Missão de Richmond.

Os missionários americanos do Norte do Brasil, ao responder então aos nacionalistas de Recife, em carta à qual já nos referimos e da qual citaremos agora a passagem que nos interessa, aludiram expressamente às dificuldades encontradas pela Junta de Missões Estrangeiras, em sua obra missionária em Portugal:

"O mesmo problema que vossa carta encara já foi bem estudado por vossa Junta de Missões Estrangeiras aqui no Recife, na sua última reunião. Igual pedido veio dos representantes dos batistas em Portugal, pedindo que à Convenção Batista Portuguesa fosse entregue a quantia que os batistas brasileiros contribuem para o sustento do trabalho ali, para ser gasta segundo a orientação nacional. A vossa Junta respondeu que não podia aceitar esse plano; que cabe aos batistas brasileiros dar certa orientação aos missionários e aos fundos contribuídos para ali, que o representante dos batistas brasileiros seria vosso próprio missionário, ou missionários, e que não achou nem prudente nem justo que a Junta Brasileira de Missões Estrangeiras abandonasse a responsabilidade que as Igrejas lhe deram para dispor sãbiamente os fundos para a evangelização do povo lusitano".

Começavam assim os brasileiros a se encontrar, em Portugal, frente à mesma crise de nacionalismo que faziam despertar em seu próprio país. Estas dificuldades se complicavam, naturalmente, por questões pessoais, e pelas repercussões locais das querelas das Igrejas batistas dos Estados Unidos. Um missionário dos batistas do Texas, A. W. Luper, que houvera tentado uma obra missionária no Paraná, uma vez no Brasil entrara em correspondência com João Jorge de Oliveira e, por ele convidado a ir a Portugal, finalmente desembarca em Lisboa em março de 1922. O plano de João Jorge de Oliveira, ao que se diz, era o de passar toda a obra batista portuguesa à Missão do Texas, da qual ele se tornaria um de seus missionários; e esta Missão não tardaria, acreditava ele, em ser reabsorvida pela grande Missão de Richmond que, então o reconheceria como missionário com, diz-nos Mesquita, "todos os

privilégios dos outros missionários do mundo". Em seu plano previa pois, ao mesmo tempo que tornar-se um missionário de Richmond, deixar de ser simplesmente o agente de uma pequena organização brasileira dependente, ela mesma, de Richmond. E para começar a sua série de exercícios em corda bamba, rompeu com a Convenção brasileira. Mas, seu colega Antônio Maurício não o seguiu, e após alguns anos de espera, a obra batista em Portugal foi dividida entre a Missão do Texas, dirigida por Luper e João Jorge de Oliveira, e a Missão brasileira, com Antônio Maurício.

Mas, para dizer a verdade, Antônio Maurício não dava descanso aos brasileiros. Em janeiro de 1925 lhe havia sido enviado um colaborador, Aquiles Barbosa, que se tornou diretor do Seminário; e logo surgiram os primeiros desentendimentos entre eles. Uma comissão de inquérito enviada do Brasil apurou que por um lado, Barbosa não consultava a Maurício, deixando-se, levar pelo separatista João Jorge; não obedecia às deliberações da Convenção Portuguesa e mantinha relações estreitas com outras denominações, enquanto que, por outro lado, Maurício o pagava irregularmente, procurava levantar os seminaristas contra a direção de Barbosa dando provas, bem como os seus partidários, de disposições claramente nacionalistas e anti-brasileiras.

Finalmente Aquiles Barbosa voltou ao Brasil, sendo recebido com honrarias pelos seus compatriotas: na realidade os "nacionais" portugueses o haviam eliminado e Antônio Maurício permanecera como o senhor de uma Missão em que o caráter brasileiro já se encontrava bastante comprometido. Seus outros rivais também se retiraram: o missionário Luper, chefe da missão do Texas, voltou para os Estados Unidos, e João Jorge de Oliveira, o seguiu. Privadas de seus diretores as Igrejas desta Missão começaram a aliar-se a Maurício. Em 1934, as últimas dentre elas, as de Leiria e de Viseu, passaram à Convenção Portuguesa. Antônio Maurício, aliás, havia tido a habilidade e o bom senso de não romper com o Brasil, e muito menos com Richmond. Bastava-lhe que uma e outra dessas organizações aceitasse a direção nitidamente portuguesa que ele emprestava à obra batista que, em 1934 já contava doze Igrejas em Portugal e uma em Angola e para a qual a contribuição brasileira alcançara o total, considerável naquela época, de sessenta mil cruzeiros.

#### **As dificuldades da Missão Presbiteriana.**

Os congregacionalistas e os batistas brasileiros haviam assim dado um belo exemplo de interesse eficaz pela evangelização da antiga Mãe-Pátria. Os presbiterianos, entretanto, tardaram em seguir-lhes. Tomados inteiramente pela evangelização de seu próprio país não se preocuparam, senão bem mais tarde, pela evangelização de outras terras. Apesar dos numerosos pastores e fiéis que suas Igrejas haviam recebido de Portugal, só se mostraram interessados pela evangelização daquele país

na Assembléia Geral de 1910 quando se decidiu pelo início de uma obra missionária. Teria sido uma iniciativa espontânea, em obediência a um dever profundamente sentido, ou uma simples imitação com o fim de não se manterem afastados de um campo de trabalho onde as demais denominações brasileiras já se encontravam a seus postos? O certo é que, em grande parte essa iniciativa se deve ao Rev. Álvaro Reis, apóstolo devoto da evangelização. Enviado aos Estados Unidos em visita aos *Boards* de que dependia a sua Igreja e para representá-la do Congresso Internacional das Escolas Dominicais, em Washington, fêz-se encarregar, pela sua Assémbélia Geral, de preparar o estabelecimento de uma Missão presbiteriana brasileira em Portugal.

Chegou a Lisboa em fins de julho de 1910. Entretanto, as questões pessoais a que se prestara, opondo-se a Carlos Pereira, e que terminaram pela cisão do presbiterianismo brasileiro, o antecederam. É o que êle mesmo nos conta, com certa complacência, em seu relatório à Assembléia Geral Presbiteriana de 1912, e ao qual já nos referimos (10).

As questões vindas do Brasil iriam correr o risco de agravar-se por questões locais, tal o tom com que Álvaro Reis falava dos homens e das comunidades de Lisboa. Já dissemos que a velha Igreja presbiteriana dessa capital se encontrava então sob os cuidados de um pastor congregacionista, José Augusto dos Santos e Silva, e o Rev. Álvaro Reis — êle mesmo o declara — haveria de encontrar ali grandes dificuldades (11).

Em face a estas dificuldades Álvaro Reis iniciou o seu trabalho como se estivesse em um meio inteiramente extranho ao Evangelho, diz-nos êle próprio. Era uma atitude bastante original especialmente se lembrarmos que êle deveria substituir um pastor piedoso que já trabalhava naquela comunidade há muitos anos. Pie-

---

(10). — Na impossibilidade de obter o texto português original para esta nota, bem como para a nota seguinte, daremos a retradução da versão francesa (*Nota do Tradutor*).

Encontrei em Lisbôa a triste revelação de que pessoas do Brasil para lá haviam enviado o *Independente*(\*), contendo um artigo difamatório contra mim e cartas denunciando-me de *maçon* e de *não sei que mais...*(\*\*) Anteriormente o *Cristão*(\*\*\*) havia também publicado notícias que não me eram favoráveis para o exercício da missão que me fôra confiada. Logo após a minha chegada em Portugal recebi cartas do Brasil comunicando-me o intento de certas pessoas de dificultar o meu trabalho em Lisboa de sorte a torná-lo um *completo fracasso...*

\* (\*) *Jornal presbiteriano* publicado no Rio, desde dezembro de 1909.

(\*\*) O grifo, o ponto de exclamação e as reticências, são do Rev. Álvaro Reis, que como sabemos, era francamente maçon.

(\*\*\*) *Jornal das Igrejas congregacionistas*, também publicado no Rio.

(11). — Como era natural, a congregação presbiteriana tinha muita consideração e amor pelo seu pastor que ali exercia o ministério havia mais de quinze anos, de tal sorte que, conseguir a sua substituição e a reorganização da obra, quando o espírito do público estava, de alguma forma, prevenido contra o delegado brasileiro, me parecia uma tarefa extremamente delicada.

doso, é certo, mas congregacionista, e que, como vimos, indiretamente e sem espírito sectário, ia congregacionalizando a Igreja presbiteriana. Álvaro Reis começou então a represbiterianizá-la, ocupando o púlpito às terças e sextas-feiras e duas vezes aos domingos, e assumindo a superintendência e a direção das classes de adultos. A sua oratória impressionava. E, como êle mesmo nos conta, o resultado dêste esforço de evangelização, onde Cristo, só e unicamente tem o lugar preponderante que lhe é devido, foi que tôdas as dificuldades que imaginara oporem-se terrivelmente à sua obra, desapareceram como que por encanto. Na realidade, continua, não houve dificuldade real a vencer! Deus seja louvado! Do que se conclui que José Augusto dos Santos e Silva, o pastor piedoso mas congregacionista se fêz esquecer sem discussão, tornando a uma direção puramente presbiteriana uma Igreja que mantivera com vida pelo tempo em que o presbiterianismo por ela se desinteressara.

As mais belas vitórias não dispensam os meios humanos e, em seu relatório, o Rev. Álvaro Reis nos conta por que política assim facilmente tomara em suas mãos o govêrno daquela situação. Descrente do meio português, procurou apóio na Missão presbiteriana escocesa, que, como dissemos, havia sido, quarenta anos antes, a origem da comunidade portuguêsã de Lisboa, a qual se instalara em uma sala do andar térreo da capela escocesa. Esta comunidade havia pago as despesas de sua instalação senão até mesmo as de construção. Entretanto, as relações entre estas duas comunidades se romperam e o auxilio que os portuguêses deram aos evangelistas de outras denominações, longe de diminuir esta tensão, testemunhava-a uma vez mais. A grande idéia de Álvaro Reis, para afastar a comunidade portuguêsã da influência do congregacionismo português, foi retorná-la aos escoceses. Desde sua chegada em Lisboa, pôs-se êle em relações com o seu colega, o Rev. Robert M. Lithgow, sendo então assinado, entre êles, um acôrdo pelo qual o Rev. Álvaro Reis poderia dispor da capela para os cultos de terça-feira e de domingo à noite, realizando-se as reuniões ordinárias da comunidade portuguêsã, na mesma sala do andar térreo, que anteriormente ocupara. As outras disposições dêste acôrdo estabeleciam uma espécie de condomínio das Missões escocesa e portuguêsã, sôbre a comunidade portuguêsã, e dentro do qual a Missão escocesa teria primasia. Assim foi que ao serem eleitos, ordenados e investidos, na comunidade portuguêsã, um presbítero e dois diaconos, o Rev. Lithgow, escocês, presidiu a ordenação.

De volta, o Rev. Álvaro Reis aqui chegou muito satisfeito com a sua obra e, em fins dêsse mesmo ano de 1910 chegava à Lisboa, vindo do Brasil, o Rev. João Marques da Mota Sobrinho, o primeiro agente da Missão brasileira.

A situação que logo de início se apresentaria ao novo pastor era extremamente difficil, no meio de duas Igrejas-Mães. De um

lado, a do Brasil longínquo e pouco interessada numa iniciativa para com a qual, por tanto tempo não se sentira obrigada; e de outro, a Missão escocesa que, de sua capela no primeiro andar, pesava sôbre a comunidade portuguesa limitada à sala do andar térreo. Ora, Marques da Mota era português e certamente haveria de manifestar para com a sua comunidade sentimentos bem diversos aos de Álvaro Reis, brasileiro.

A esplêndida conciliação “amigável e econômica” pela qual Álvaro Reis acreditara assegurar o destino da Igreja portuguesa se mostrara logo prejudicial a ela, a ponto de preferir abandonar, em 1911, a sala da capela escocesa, apesar de seus direitos sôbre todo o edifício, afim de alcançar alguma independência. O Rev. Marques da Mota se consagrou de tal forma ao trabalho que a Assembléia Geral da Igreja presbiteriana do Brasil, em 1912, o felicitou, solicitando para a sua obra coletas regulares e generosas, tendo-se em vista que aquela Missão era tão importante quanto santa (12). Em dez anos a obra se desenvolveu e o relatório que Marques da Mota enviou à Assembléia Geral de 1922 (13) compreendia, além dos três cultos semanais celebrados na Igreja, mais os trabalhos de uma “congregação” em Sto. Amaro, os trabalhos das Escolas Dominicais e das sociedades costumeiras, e um curso de teologia seguido por três rapazes com vocação pastoral. Ao ano anterior a Missão já havia organizado uma Igreja em Figueira da Foz. Conquistara ainda amigos em Coimbra, onde o Rev. Marques da Mota havia realizado reuniões animadoras a ponto de haver êle pensado em ali organizar uma Igreja, vindo, também êle, a residir em Coimbra. Por outro lado já havia êle alcançado grande projeção, e a importância de sua situação pessoal pode ser avaliada no papel preponderante que teve para a organização da Aliança Evangélica Portuguesa, de que era secretário-geral, e da Federação Portuguesa das Escolas Dominicais, de que era vice-presidente, sem falar de outros encargos que lhe haviam sido confiados tal como o da revisão dos cânticos e de uma parte da tradução da Bíblia, na versão de Almeida.

As dificuldades em que se encontrava, entretanto, êle mesmo as revela em seu relatório, vivamente. Da missão escocesa, só lhe vinham contrariedades. Vira-se obrigado a voltar à capela escocesa, e nesta cohabitação eram freqüentes os atritos entre as duas comunidades: não bastava a situação em que lá se instalara a comunidade portuguesa, limitada a uma sala do andar térreo; tudo era motivo de reclamações por parte da comunidade escocesa: bancos, luz, água, os hinos de sua escola dominical ou de sua socie-

---

(12). — Atas citadas, pág. 61.

(13). — Apêndices às Atas dessa Assembléia, págs. 100-109.

dade de jovens que prejudicavam as devoções de seus “vizinhos de cima”, e aos quais por fim renunciara (14).

Que fará a Missão, e que fará a Igreja brasileira, perguntava o infeliz missionário. Por enquanto, contentavam-se elas em enviar a sua contribuição, aumentada, algumas vezes, a pedido insistente do pastor. Entretanto, a contribuição brasileira para o sustento de seu missionário não ultrapassava 108 escudos numa época em que, com a guerra, a vida havia decuplicado em Portugal. A esse mesmo tempo, a Missão congregacionalista em Angola oferecia 900 dolares anuais, ou sejam 900 escudos por mês, a simples empregados do comércio para ali servir de professores, com o título pomposo de missionários, além do que lhes dava para enxoval, mobiliário e gastos de viagem, raramente pagos. A Igreja local fazia tudo ao seu alcance lamentando que a Missão brasileira deixasse o seu representante numa miséria de que dava mostras comovedoras.

Na realidade os presbiterianos do Brasil, em sua maior parte, se desinteressavam pela sua Missão em Portugal. Na Assembléia Geral de 1920 (15), o secretário-geral da Comissão de Missões Estrangeiras observava que muito poucas Igrejas haviam contribuído para a Missão em Portugal. Dois anos mais tarde, o tesoureiro desta Missão comunicava à Assembléia Geral de 1922 (16) que o jornal presbiteriano, *O Puritano*, se havia recusado a publicar o seu apêlo em favor da obra em Portugal, e que alguns particulares, amigos decididos da obra missionária portuguesa, é que lhe haviam permitido prover, muito módicamente, às suas necessidades.

O Rev. Marques da Mota, por sua vez, contribuía para esta situação lamentável, não se mantendo em relações freqüentes com a Igreja-Mãe e não lhe enviando relatórios e notícias sobre os seus trabalhos; pelo menos, é o que se conclui da censura que, em 1920, lhe fizeram o tesoureiro e o secretário-geral da Comissão de Missões Estrangeiras (17). Em conflito com a Missão escocesa, o português Marques da Mota não aceitava, igualmente, uma intervenção decisiva da Missão brasileira na vida de suas Igrejas — tratava-se, mais uma vez, da mesma questão nacionalista. Por outro lado, o ardente amor pela sua pátria transparece em carta que escreveu, a 1 de janeiro de 1922, aos seus amigos do Brasil, e da qual reproduzimos a passagem principal, por ser ela de interesse geral (18):

---

(14). — A página 101 e 102 dos Apêndices citados o leitor encontrará pormenores sobre os conflitos entre as duas comunidades.

(15). — Atas dessa Assembléia Geral, Campinas, 1920, pág. 26.

(16). — Apêndices às Atas já citadas, pág. 99-100.

(17). — Atas citadas, pág. 26 e 51.

(18). — Apêndices às Atas, pág. 20.

“É preciso salvar este país, que sofre, que se afunda, vítima de todas as reações, e só o Evangelho pode salvá-lo. Se em 1910 (19) a Igreja Evangélica fôsse uma força, o país não teria caído nas mãos de uma demagogia livre-pensadora. Agora corre este pobre país um perigo porventura maior: o de sofrer o jugo da reação católico-monárquica. Ela aí está levantando o colo, falando ativa e ameaçadoramente. A política turbulenta e imprevidente tem auxiliado os seus desígnios, tem servido, com os seus erros e a sua desordem, à causa da reação. E a Igreja continua fraca, porque nestes onze anos de República ela não pôde renovar e aumentar os poucos obreiros nem acrescentar os seus escassíssimos recursos. O povo, por todas estas províncias, anseia pelo Evangelho. Mas quem lho há de levar? Se das 26 cidades de Portugal, só 7 tem trabalho estabelecido e, dessas 7, 4 sem obreiro permanente, e só 2 edifícios próprios! Não temos um Colégio, não temos um jornal semanal, não temos nada! Os obreiros quase todos cançados, esgotados, contam-se pelos dedos. A Igreja Presbiteriana de Lisboa, com sessenta anos de atribulada existência, ainda não tem uma casa modesta, mas bem sua, em que possa celebrar livre e jubilosamente o seu culto!”

Nessa carta o Rev. Marques da Mota terminava convidando a Igreja presbiteriana do Brasil a salvar o seu próprio prestígio, sem o que ela se desonraria. Atendido em parte, os seus salários foram dobrados; mas os demais reclamos, por um pastor adjunto e pela volta de sua família que há dezoito meses se encontrava no Brasil, excediam o pequeno interesse que o presbiterianismo brasileiro tinha por esta obra. E a Assembléia Geral de 1924 (20) teve que aceitar a sua demissão, anteriormente solicitada. E não se encontrava ninguém que pudesse substituí-lo, recusando-se o Presbitério de Minas a ceder o Rev. Pascoal Pita, um de seus pastores, e que teria prontamente aceito. A esta altura a Assembléia Geral decidiu suprimir a Missão e solicitar a um dos dois *Boards* de que ela dependia de encarregar-se, em seu lugar, da obra missionária em Portugal. Em resposta, o *Board* de Nova York respondeu que, sendo êle uma sociedade missionária, não poderia estender os seus trabalhos à Europa (21).

Era uma maneira de, gentilmente, lembrar aos presbiterianos do Brasil que como sociedade missionária, limitavam-se os seus trabalhos aos “nativos” dos continentes “de cor”. A indireta fôra em parte merecida pois que, como lhes escrevera o Rev. Marques da Mota, mostraram-se incapazes de, com mais de cem Igrejas, manter decentemente um só missionário. Mas, enquanto os infelizes portugueses se arranjavam como bem podiam, graças à devoção de seus presbíteros e diáconos, os seus amigos brasileiros retomaram em caráter particular a obra que a Igreja presbiteriana havia abandonado. Organizou-se então uma sociedade particular “Sociedade

(19). — Queda da Monarquia.

(20). — Apêndices às Atas dessa Assembléia, Rio, 1925.

(21). — Apêndices às Atas da Assembléia Geral de 1926, Campinas, 1928, pág. 58.

Missionária Brasileira de Evangelização em Portugal”, tendo finalmente o Presbitério de Minas consentido na partida do Rev. Pascoal Pita. Mas não faltou a êsse Presbitério a censura em termos veementes, do Sínodo a que estava sujeito, em sua Assembléia Geral de 1926, por haver êle assim cedido um agente da Igreja a uma Sociedade “composta de elementos diversos da Igreja Nacional, e sem ligação oficial com ela”, quando sômente a Igreja era competente para decidir da reabertura do campo missionário português, e a qual, aliás, o Sínodo nem aprovava, nem desaprovava (22). A decisão do Rev. Pascoal Pita, aceitando uma tarefa assim difícil (23), o entusiasmo que os portugueses revelaram por êle (24), e os esplêndidos resultados que obteve desde início — primórdios de um ministério extremamente fecundo — levaram a Assembléia Geral de 1926 a regularizar a sua situação, tomando a seu cargo a Sociedade que lá o mantinha (25).

(*Continua no próximo número*).

**ÉMILE-G. LEONARD**

Antigo professor de História da Civilização Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Diretor de estudos na Escola de Altos-Estudos — Ciências Religiosas (Paris).

---

(22). — *Ibidem*, pág. 17.

(23). — *Ibidem*, pág. 2. Leia-se a sua carta de saudação dirigida à Assembléia Geral de 1926.

(24). — *Ibidem*, pág. 85. Leia-se a carta de seu representante.

(25). — *Ibidem*, pág. 60.